

NOS BASTIDORES DA NOTÍCIA: UMA REFLEXÃO SOBRE O TRABALHO DE JORNALISTAS POLICIAIS CEARENSES¹

Autora: Luciana Pinho Morales (PPGS-UFC/CE)

Coautora: Jânia Perla Diógenes de Aquino (PPGS-UFC/CE)

Resumo

O presente artigo propõe uma reflexão acerca da dinâmica de funcionamento dos telejornais policiais cearenses e da maneira como as práticas e relações pessoais se desenvolvem nos bastidores dessas produções midiáticas, tendo como objetivo compreender os diversos elementos que contribuem para o processo de construção das notícias. A partir dos dados coletados, percebemos a existência de uma ampla rede de relações profundamente baseada na constante troca de informações, favores etc. entre jornalistas, policiais, testemunhas e outros agentes envolvidos nas notícias dos programas policiais de televisão. A pesquisa empírica tem sido viabilizada pela observação intensiva das ações e práticas dos profissionais de jornalismo em dois telejornais policiais cearenses, procurando conhecer e acompanhar de perto suas rotinas de trabalho (nas redações e fora delas), suas redes de relações e de economia de trocas, no intuito de compreender como elas funcionam na prática. Problematizamos a ideia de que a profissão do jornalismo está envolta por uma atmosfera de neutralidade e imparcialidade, por acreditarmos que, no campo jornalístico ocidental, os jornalistas participam ativamente do processo de construção da realidade. Eles são subordinados à empresas privadas produtoras de notícias e precisam dar conta dos interesses dessas instâncias para assegurar seus empregos. Para isso, utilizam-se de táticas e estratégias, no plano da performance, com o objetivo de conferir exclusividade e autenticidade às notícias.

Palavras-chave: Etnografia; Telejornalismo Policial; Bastidores.

¹ Trabalho apresentado na 30ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 03 e 06 de agosto de 2016, João Pessoa/PB.

Introdução

O crescente número de episódios de violência nas cidades brasileiras² vem ganhando grande destaque nos meios de comunicação de massa, em especial na televisão, abrindo espaço para a criação de uma extensa programação diária no cenário nacional dedicada exclusivamente à divulgação de notícias relativas às ações e práticas policiais, além das mais diversas manifestações de violência.

Fenômeno semelhante pode ser observado no contexto cearense, no qual quatro programas policiais veiculados por emissoras de televisão locais disputam diariamente a atenção da audiência, totalizando cerca de catorze horas de telejornalismo policial somente no Estado do Ceará. São eles: Cidade 190 (TV Cidade); Barra Pesada (TV Jangadeiro); Rota 22 e Os malas e a lei (TV Diário).

Durante experiência de pesquisa desenvolvida no curso de mestrado em Sociologia da Universidade Federal do Ceará (UFC) tive a oportunidade de entrar em contato com o universo dos telejornais policiais. No decorrer da investigação, procurei compreender a forma como os “assuntos de polícia” eram abordados por um programa televisivo específico, ressaltando os aspectos estéticos e performáticos presentes nas narrativas midiáticas produzidas por um grupo de jornalistas que, juntos, formam a equipe de produção de um dos telejornais policiais cearenses: o Barra Pesada.

A partir deste trabalho inicial, outras questões surgiram e tornaram-se de fundamental importância para a compreensão do fenômeno social estudado, tais como: quem são os jornalistas policiais? Como eles se autoidentificam? Como funciona sua rotina de trabalho? De que forma os jornalistas policiais tomam conhecimento de determinados fatos? Quem são suas fontes? Quais são os critérios utilizados por eles para selecionar o que será ou não noticiado? Qual lugar os jornalistas policiais ocupam no campo jornalístico? Essas questões estão funcionando como perguntas de partida para a pesquisa, ainda em andamento, que estou realizando no curso de doutorado em Sociologia da UFC, cujo objetivo central é o de compreender a dinâmica de

² Conforme é possível observar nos dados apresentados por Julio Jacobo Waiselfisz (2013, p. 50), “o Brasil aparece como o país com o maior número de homicídios por arma de fogo do mundo.” Com base nos resultados obtidos durante a pesquisa sobre vitimização realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (IPEA), cerca de 62,4% dos brasileiros tem *muito medo* de se tornarem vítimas de assassinato. No Nordeste, essa porcentagem sobe para 72,9%, o que revela uma sensação de insegurança ainda maior nessa região do país. (INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA DA SECRETARIA DE ASSUSTOS ESTRATÉGICOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2012, p. 4).

funcionamento dos telejornais policiais cearenses, as práticas sociais e as relações pessoais existentes entre os agentes envolvidos em tais produções midiáticas, buscando analisar os diversos elementos que contribuem para o processo de construção das notícias. Para isso, procuro investigar o funcionamento dos telejornais policiais cearenses; a forma como as práticas e as relações interpessoais se desenvolvem nos *bastidores* dos noticiários, tanto no âmbito das redações, quanto fora delas; e o processo de seleção e produção das notícias.

Etnografando o universo do telejornalismo policial: considerações, dilemas e desafios

Meu primeiro contato com o universo dos programas policiais televisivos aconteceu em junho de 2008, durante a graduação em Ciências Sociais na Universidade Estadual do Ceará (UECE), quando integrei a equipe da pesquisa intitulada *Genealogia e Dinâmica da Violência Urbana, Policiais Militares Estaduais e Políticas públicas*³, na qual tive a oportunidade de realizar visitas regulares aos arquivos de dois telejornais policiais cearenses: o Barra Pesada e o Rota 22. Naquele período, conheci alguns dos inúmeros departamentos que constituem a produção de um telejornal, tais como a sala de redação, a sala de edição, a sala de arquivos, o estúdio de gravação etc., contudo, interagi mais com os profissionais responsáveis pelo arquivamento das edições dos noticiários, visto que meu foco na época era estudar as narrativas audiovisuais apresentadas pelos respectivos programas.

Foi a partir de falas recorrentes dos interlocutores da minha pesquisa dissertativa que surgiu a ideia para o projeto de doutorado. Era muito frequente os apresentadores e os repórteres afirmarem que realizavam a cobertura dos “bastidores policiais”. Tal categoria aparecia praticamente em todas as edições do programa pesquisado e eu me perguntava: como seriam os *bastidores*⁴ da produção dessa cobertura dos “bastidores policiais”? Essa categoria logo se tornou central na construção do meu objeto de

³ Pesquisa promovida pelo Laboratório de Estudos da Violência (LEV/UFC) em parceria com o Laboratório de Conflitualidade e Violência (COVIO/UECE), empreendida com o apoio institucional da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP). Sob a orientação do Prof. Dr. Geovani Jacó de Freitas, fiquei responsável pelo subprojeto “As violências urbanas e os grupos de vulnerabilidade social”, que tinha como objetivo analisar a influência dos meios de comunicação na construção social da juventude em Fortaleza e sua região metropolitana.

⁴ Estou trabalhando na revisão de literatura desta categoria, mas, até o momento, tenho utilizado Erving Goffman (2011) para pensá-la.

pesquisa para a tese de doutorado, desafiando-me a operar o deslocamento “experiência-próxima” (categoria nativa) e “experiência-distante” (categoria analítica), trabalhado por Clifford Geertz em seu livro *O saber local*⁵.

Partindo da ideia de estudar os *bastidores* da produção da notícia e do material empírico coletado durante o mestrado, percebi que estava diante de um mundo pautado por redes⁶ de relações construídas em bases de trocas⁷ (informações, favores, gentilezas, experiências etc.) entre os jornalistas policiais, a polícia e o “povo”⁸. O cotidiano dos jornalistas policiais, como o dos demais profissionais de jornalismo, é constantemente atravessado por essas trocas, seja entre os colegas de profissão ou com os agentes envolvidos no assunto da cobertura jornalística. Elas fazem parte de suas rotinas de trabalho. Enfatizo, pois, a dimensão relacional do fazer jornalístico na pesquisa.

⁵ “Um conceito de ‘experiência-próxima’ é, mais ou menos, aquele que alguém – um paciente, um sujeito, em nosso caso um informante – usaria naturalmente e sem esforço para definir aquilo que seus semelhantes veem, sentem, pensam, imaginam, etc. e que ele próprio entenderia facilmente, se outros o utilizassem da mesma maneira. Um conceito de ‘experiência-distante’ é aquele que especialistas de qualquer tipo – um analista, um pesquisador, um etnógrafo, ou até um padre ou um ideologista – utilizam para levar a cabo seus objetivos científicos, filosóficos e práticos.” (GEERTZ, 2008, p. 87).

⁶ De acordo com Latour (2006, p. 340), a Teoria do Ator-Rede (ANT) “é um método, e um método essencialmente negativo; ela não diz nada sobre a forma daquilo que ela permite descrever.”. O autor sugere que apenas nos focemos na descrição dos fatos que temos em mão. Segundo ele, descrever as coisas não é tão fácil quanto se pode imaginar, é preciso “estar atento aos estados concretos das coisas, encontrar a narrativa adequada e única para uma situação dada.” (*Ibid.*, p. 341) Outra reflexão apresentada pelo autor é que a escrita está profundamente relacionada com a metodologia utilizada pelos analistas, afirmando que “escrever textos tem tudo a ver com o método. Você escreve um texto de tantas palavras, em tantos meses, por uma certa quantia de dinheiro, baseado em tantas entrevistas, umas tantas horas de observação e tantos documentos. Isso é tudo. Não há nada mais a se fazer.” (*Ibid.*, p. 345) Na entrevista intitulada *Por uma antropologia do centro*, Latour explica a ANT da seguinte forma: “Metodologicamente, trata-se de seguir as *coisas* através das redes em que elas se transportam, descrevê-las em seus *enredos*...” (LATOURE, 2004, p. 397, grifo do autor). O antropólogo britânico Tim Ingold desenvolve uma crítica contundente à Teoria do Ator-Rede de Latour, porque, para ele, tal base teórica mantém e reproduz “uma divisão metafísica entre sujeitos e objetos (atribuindo a estes uma agência fetichizada)” e ignora “a distribuição desigual de fluxos e sentidos ao longo da rede.” (INGOLD, 2012, p. 25). A partir dessa exposição crítica, Ingold sugere trabalhar com o conceito de “malha de linhas entrelaçadas de crescimento e movimento”, que, para ser acessada, é preciso “seguir” ou elaborar um “procedimento de itinação”. (*Ibid.*, p. 25).

⁷ Entendo as trocas que ocorrem com os jornalistas policiais entre si e entre eles e suas fontes, no sentido trabalhado por Marcel Mauss (2003), Bronislaw Malinowski (1978) e Pierre Bourdieu (1996; 2011), as quais enfatizam o caráter relacional concernente à prática da troca de dons, ressaltando as particularidades de suas pesquisas, desenvolvidas em contextos sociais distintos.

⁸ Ainda estou construindo uma revisão de literatura desta categoria. Uma hipótese é que, para os jornalistas policiais, apenas a polícia e o “povo” têm valor, os demais não. No entanto, pergunto-me: que “povo” seria esse? Seria a população cearense como um todo ou existe uma imagem específica que distingue quem é considerado “povo” (“cidadãos de bem”) e quem não é (“bandido”)? Acredito que essa discussão seja relevante à pesquisa e mereça ser examinada com maior atenção posteriormente.

Jornalistas, policiais e o “povo”: uma teia de relações

Com base no material empírico coletado na fase exploratória do trabalho de campo – constituído por entrevistas com produtores, repórteres e apresentadores dos Telejornais Policiais citados anteriormente, vídeos referentes aos Programas divulgados nos canais de suas respectivas emissoras no *YouTube*⁹, entre outros –, deparamo-nos com a seguinte fala de um dos repórteres policiais entrevistados:

Às vezes, acontece de até mesmo a própria polícia não ter informações. Então, se é difícil para os policiais conseguirem determinadas informações, imagine pra gente, que depende muito da informação da polícia e da comunidade. A comunidade não fala, porque tem medo. E a polícia depende também das informações da comunidade. (Entrevista gravada pela autora em 26 de julho de 2014).

Diante desse depoimento, é possível perceber a existência de uma relação profundamente baseada na constante troca de informações entre repórteres, policiais, testemunhas e outros agentes envolvidos em reportagens apresentadas por noticiários policiais. Mas o que exatamente caracteriza essas relações? Como elas ocorrem na prática? Questões como essas despertam ainda mais minha curiosidade sobre a rotina dos profissionais de telejornalismo policial, cujo trabalho diário é constantemente atravessado por acontecimentos relacionados às temáticas da violência urbana, da criminalidade e da insegurança pública.

Estratégias e negociações parecem fazer parte do cotidiano dos jornalistas policiais, que dependem de informações privilegiadas concedidas por contatos ou fontes oficiais – delegados, investigadores, policiais militares, bombeiros, profissionais do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) e da Perícia Criminal etc. – para garantir-lhes os chamados “furos de reportagem”. Observando o material empírico coletado, percebi que delegados e policiais militares, em função do cargo que ocupam e da significativa quantidade de informações de interesse público que detêm, aparecem como as fontes que mais colaboram com os telejornais policiais.

Outro ponto que merece ser destacado é que as aparições das autoridades policiais durante a apresentação das notícias ressaltam, sobretudo, as características

⁹ Fundado em 2005, o *YouTube* é um *website* que oferece aos seus usuários uma plataforma na internet que possibilita carregar, assistir e compartilhar vídeos originais ou não em formato digital. O *website* é comumente utilizado por instituições e empresas que procuram divulgar seus produtos. É o caso da emissora TV Jangadeiro que possui um canal denominado “jangadeiroonline”, disponibilizando profissionais do seu próprio quadro de colaboradores para manter o canal diariamente atualizado.

positivas desses agentes sociais, exaltando de modo veemente sua competência e habilidade profissional. A ênfase no trabalho desempenhado pelas autoridades policiais é bastante recorrente. Assistimos ao desenrolar dos casos narrados pelos programas policiais, acompanhando passo a passo as atividades investigativas dos policiais que, muitas vezes, são um dos primeiros a chegar ao local do crime ou do acidente. Embora a aparição dos delegados nos noticiários policiais tenha se tornado menos frequente nos últimos anos¹⁰, é possível notar, por exemplo, sua presença no próprio lugar onde os crimes aconteceram, no momento em que ele inicia a investigação sobre os casos.

A existência de um “mercado de informações” parece ser uma característica comum ao universo jornalístico em geral. Em relação ao jornalismo policial televisivo, a situação não é diferente. A constante busca pelo “furo jornalístico” faz parte do cotidiano dos jornalistas policiais, o que ressalta ainda mais a competitividade existente no ambiente de trabalho dessa profissão.

Por se tratar de um telejornal policial, a posição ocupada pelo repórter difere daquela ocupada pelo repórter do telejornal tradicional, no que diz respeito ao modo de atuação em campo de ambos os profissionais. O primeiro não precisa seguir os princípios canônicos do Jornalismo (imparcialidade, objetividade etc.)¹¹ que norteiam a atuação do segundo. Nesse sentido, o repórter policial tem mais liberdade para relatar os fatos, podendo criar o seu próprio estilo. Sendo assim, além do incentivo para que a notícia seja exclusiva e extraordinária, exige-se também, no jornalismo policial, que a notícia seja contada de forma cada vez mais inusitada.

Por isso, deparamo-nos com cenas praticamente impensáveis em telejornais tradicionais, como, por exemplo, uma reportagem na qual o repórter policial, o cinegrafista e o apoio técnico seguem à pé um grupo de policiais em perseguição, no intuito de alcançá-los e finalmente registrar, “em primeira mão”, a apreensão dos suspeitos. Além disso, algumas dessas reportagens são, muitas vezes, filmadas à noite, em locais inóspitos e completamente escuros (o que resulta em imagens tremidas e

¹⁰ Acredito que tal mudança seja resultado, ainda, de uma medida adotada pelo antigo Secretário de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Ceará, Roberto Monteiro, que, em 2009, proibiu a participação de delegados em telejornais policiais. Em decorrência dessa proibição, três delegados foram afastados de seus cargos sob a alegação de terem descumprido com a determinação anunciada previamente pelo então Secretário de Segurança Pública, o que desencadeou um profundo descontentamento entre os profissionais da Polícia Civil do Ceará, que se organizaram legalmente em favor de seus colegas de profissão. Tais informações foram retiradas do site oficial do Jornal O Povo Online, disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/opovo/fortaleza/2009/10/04/noticiasjornalfortaleza,916037/noticiarios-das-tvs-se-adaptam-as-novas-determinacoes.shtml>>. Acesso em: 10 de outubro de 2015.

¹¹ Cf. WOLF, 2003.

desfocadas), fazendo com que os telespectadores apenas escutem a voz ofegante do repórter que, sem conseguir pronunciar muito bem as palavras por conta do cansaço, continua narrando os acontecimentos com detalhes.

Apesar de compor o conjunto de produtos jornalísticos que acredita oferecer ao telespectador a “realidade tal como ela é”, os telejornais policiais se distinguem dos demais noticiários à medida que mostram um tipo de realidade diferente daquela exibida diariamente pelos telejornais clássicos¹². De acordo com Ana Lucia S. Enne (2007), a matéria-prima dos noticiários policiais é o registro de forma sensacionalista de cenas de violência, da morte e do chamado *fait-divers*¹³. Mas afinal como os telejornais policiais constroem essas notícias? Como os acontecimentos violentos da vida cotidiana viram notícia? Em seu trabalho sobre o campo jornalístico, Nelson Traquina lança alguma luz sobre essas questões, organizando seu pensamento da seguinte forma:

As notícias são o resultado de um processo de produção, definido como a percepção, selecção e transformação de uma matéria-prima (os acontecimentos) num produto (as notícias). Os acontecimentos constituem um imenso universo de matéria-prima; a estratificação deste recurso consiste na selecção do que irá ser tratado, ou seja, na escolha do que se julga ser matéria-prima digna de adquirir a existência pública de notícia, numa palavra – noticiável. (TRAQUINA, 1999, p. 169).

Nesse sentido, busco desnaturalizar a visão de que a profissão do jornalismo está envolta por uma atmosfera de neutralidade e imparcialidade, na qual o jornalista pensa cautelosamente antes de emitir opiniões pessoais acerca dos fatos narrados. No campo jornalístico ocidental, tais profissionais sabem que são subordinados à empresas privadas produtoras de notícias e que precisam dar conta dos interesses dessas instâncias e das pressões impostas dentro das salas de redação e fora delas para assegurar seus empregos. O próprio produto do trabalho dos jornalistas revela os diversos constrangimentos organizacionais pelos quais tais empregados são submetidos dia após dia, no que se refere ao desafio de ter que produzir diariamente notícias, tornando-se impensável a possibilidade de um dia simplesmente não haver notícias suficientes para preencher o horário do telejornal diário.

¹² Fazendo referência aos telejornais tradicionais (como o Jornal Nacional, transmitido pela emissora Rede Globo), faço uso da denominação “clássico” para estabelecer uma relação de distinção entre os telejornais tradicionais e o modelo de jornalismo popular empreendido no Brasil.

¹³ O termo *fait-divers* é normalmente empregado na comunicação para designar notícias que tratam de escândalos, crimes, curiosidades e aberrações, relatando-as de maneira extraordinária e espetacular, o que acaba causando impacto no espectador.

A partir dessas questões, busco refletir também sobre o lugar ocupado pelos jornalistas policiais no Jornalismo. Aqui apresento mais uma hipótese que estou trabalhando: os jornalistas policiais são *dominados* dentro do campo jornalístico¹⁴, visto que a posição ocupada por eles é considerada de segunda categoria pelos demais colegas de profissão (*dominadores*). Todavia, eles são reconhecidos como verdadeiras “celebridades” por uma considerável parcela da população e possuem uma condição socioeconômica muito elevada em comparação a de muitos jornalistas tradicionais.

Seguindo redes de relações

Acredito que, para entender como as relações ou interações mencionadas acontecem na prática, preciso seguir essas redes, essas teias de relações, necessito observar intensivamente as ações e práticas dos profissionais de jornalismo policial no Ceará, procurando conhecer e acompanhar de perto suas rotinas de trabalho (tanto nas redações, quanto nas ruas – durante as chamadas “externas”).

Para isso, elaborei um esquema de coleta de dados etnográficos, no qual acompanho a rotina de trabalho dos jornalistas nas redações e durante as matérias “externas” de dois programas policiais televisivos cearenses em dias da semana alternados, procurando elaborar uma rotina diária de trabalho de campo.

Busco respeitar o objeto e dar atenção às pequenas sutilezas e aos detalhes estratégicos desenvolvidos cotidianamente pelos agentes envolvidos na construção das notícias veiculadas pelos programas pesquisados, evitando caricaturá-los de alguma maneira. Nesse sentido, o uso contínuo da ferramenta do diário de campo¹⁵ representa um elemento de fundamental importância para a pesquisa de campo, pois contribui para a identificação de categorias do pensamento nativo¹⁶ e das contradições que se mostram recorrentes no campo. Com o auxílio dessa ferramenta de pesquisa, é possível “revisitar” os fatos observados diariamente, recorrendo a eles sempre que necessário.

¹⁴ Considerei a análise de Bourdieu (1983; 2007) sobre o poder simbólico, enfatizando principalmente as categorias “dominadores” e “dominados”, para entender melhor essa dinâmica de distinção de posições no interior de um mesmo grupo, de um mesmo campo.

¹⁵ “É uma técnica que tem por base o exercício da observação direta dos comportamentos culturais de um grupo social, método que se caracteriza por uma investigação singular que teve Bronislaw Malinowski como pioneiro e que perdura na obra de Marcel Maquet, caracterizada pela presença de longa duração de um pesquisador-observador convivendo com a sociedade que ele estuda.” (WEBER, 2009, p. 157-158).

¹⁶ Cf. GEERTZ, 2008.

Conforme mencionei anteriormente, utilizo o método qualitativo da etnografia, o qual consiste na observação intensiva do campo empírico delimitado – as redações dos dois telejornais policiais e o trabalho dos repórteres na cidade de Fortaleza –, com o objetivo de revelar o processo de construção pelo qual os acontecimentos passam antes de virar notícias. Utilizo também o recurso da fotografia como forma de registrar o trabalho realizado durante as incursões a campo, o que ilustra o cotidiano metodológico da pesquisa.

Mauss (1972, p. 20) assinala que “não há boa investigação sociológica que incida em menos de um ano”. Em concordância com o pensamento maussiano, o antropólogo Malinowski (1978) também recomenda ao pesquisador observar os sujeitos pesquisados e suas práticas por um longo período de tempo, no intuito de apreender “os imponderáveis da vida real” e os traços culturais que, muitas vezes, permanecem ocultos no discurso nativo. No que diz respeito ao recorte temporal da etnografia, preocupo-me com relação ao tempo que deveria me dedicar ao trabalho de campo. Um ano¹⁷ seria o suficiente para ser afetada¹⁸ pelo campo, pelos interlocutores? A limitação do tempo prejudicaria de algum modo a prática etnográfica?

Como já havia comentado, tenho pesquisado programas policiais televisivos no Ceará desde 2008, o que me permitiu desenvolver contatos e vínculos com diversos jornalistas que atuam no ramo. Tais laços têm se mostrado bastante frutíferos e oportunos no que diz respeito à viabilidade da pesquisa, pois revelam um nível avançado de entrosamento com os sujeitos de pesquisa. No entanto, refletindo sobre a construção de um acesso etnográfico, acredito que uma condição para que o trabalho de

¹⁷ A discussão apontada por Marcio Goldman em seu artigo sobre a etnografia realizada pela antropóloga Jeanne Favret-Saada serve para meditar acerca da questão do tempo no contexto do trabalho de campo etnográfico. Nele, o autor argumenta que o tempo constitui uma relação na etnografia, “pois é apenas com o tempo, e com um tempo não mensurável pelos parâmetros quantitativos mais usuais, que os etnógrafos podem ser *afetados* pelas complexas situações com que se deparam...” (GOLDMAN, 2005, p. 150, grifo do autor). Goldman indaga inclusive se a antropóloga teria conseguido ser afetada por seus interlocutores da maneira como ocorreu, caso sua pesquisa “tivesse durado ‘apenas’ um ano” (*Ibid.*, p. 149). O próprio autor responde seu questionamento, afirmando que “Favret-Saada não teria muito a dizer além do que pode ser obtido pelo limitado procedimento de investigação que Malinowski já condenava sob o nome de método de pergunta e resposta. Ou do que se pode extrair da consulta de documentos e arquivos (...) produzidos por aqueles mesmos que desprezam e desejam condenar ao silêncio práticas como a feitiçaria.” (*Ibid.*, p. 149).

¹⁸ No texto “Ser afetado”, Favret-Saada evidencia a modalidade de ser afetado pelo campo como uma dimensão central do próprio fazer etnográfico, que merece ser considerada. Segundo ela, seu “trabalho põe em causa o fato de que a antropologia acha-se acantonada no estudo dos aspectos intelectuais da experiência humana, nas produções culturais do ‘entendimento’, para empregar um termo da filosofia clássica. É – parece-me – urgente, reabilitar a velha ‘sensibilidade’, visto que estamos mais bem equipados para abordá-la do que os filósofos do século XVII.” (FAVRET-SAADA, 2005, p. 155).

campo possa ser realizado é manter em sigilo¹⁹ os nomes das emissoras de televisão, dos telejornais policiais e dos jornalistas que trabalham nessas instâncias jornalísticas, com os quais pretendo continuar desenvolvendo um diálogo duradouro. Penso que, ao tomar precauções referentes à preservação da identidade dos interlocutores, tal cautela facilitou uma maior aproximação com os jornalistas policiais, permitindo estabelecer uma relação de confiança com eles²⁰. Essa atitude me parece imprescindível para a construção de um acesso etnográfico, devido ao próprio caráter confidencial que envolve a relação entre o jornalista e suas fontes, que, muitas vezes, preferem permanecer incógnitas.

Outro *insight* que proponho é o contraponto entre o trabalho do jornalista e o do etnógrafo, refletindo sobre a máxima do antropólogo estadunidense Roy Wagner (2010, p. 76) de que “todo ser humano é um ‘antropólogo’, um inventor da cultura”²¹. Em sua resenha crítica sobre o livro *A invenção da cultura* de Wagner, Marcio Goldman averigua que a noção de invenção wagneriana possui um caráter transformativo²², e não de invenção ou de fabricação, como é possível inferir em uma análise superficial do termo.

Goldman revela ainda a crítica de Wagner a respeito da visão de que o antropólogo seria o único capaz de “desconstruir” as “naturalizações” ou “essencializações” da cultura dos outros, como se fosse o “grande arquiteto” que tudo enxerga e tudo sabe. Nesse sentido, Wagner conjectura que a atividade do antropólogo não é exatamente neutra, como se costumava convencionar, mas que possui motivações e razões específicas que o levam a construir os nativos e/ou a cultura dos nativos de um determinado modo e não de outro. Sendo assim, o antropólogo segue inventando a

¹⁹ Em sua tese de doutorado, *Príncipes e Castelos de Areia: performance e liminaridade nos grandes roubos*, a Prof. Dr. Jânia Perla Diógenes de Aquino realizou um estudo sobre os assaltos contra instituições financeiras e seus protagonistas, apresentando uma análise da performance desses atores sociais (AQUINO, 2010). Refletindo sobre os dilemas e dificuldades enfrentadas ao longo da pesquisa, a pesquisadora revela pontos cruciais para pensar a prática etnográfica. O receio de ter seu empreendimento etnográfico criminalizado fez com que ela apresentasse “a ocorrência de assalto...como evento ficcional”, no intuito de “destituir as informações ali contidas de validade para eventuais inquéritos ou processos judiciais.” (AQUINO, 2015, p. 188).

²⁰ Cf. BOURDIEU, 1997.

²¹ “Se assumimos que todo ser humano é um ‘antropólogo’, um inventor de cultura, segue-se que todas as pessoas necessitam de um conjunto de convenções compartilhadas de certa forma similar à nossa ‘Cultura’ coletiva para comunicar e compreender suas experiências. E se a invenção realmente tão básica para a existência humana quanto sugeri, então a comunicação e o conjunto de associações e convenções compartilhadas que permite que a comunicação ocorra são igualmente básicos.” (WAGNER, 2010, p. 76).

²² “A invenção wagneriana é, antes, da ordem da metamorfose contínua, como acontece na imensa maioria das cosmogonias estudadas pelos antropólogos, em que as forças, o mundo e os seres são sempre criados e recriados a partir de algo preexistente.” (GOLDMAN, 2011, p. 201).

cultura, selecionando o que crê ser relevante, procurando fazer aquilo que acredita ser possível para dar sentido a vida do outro²³. Essa constatação é interessante, pois parece muito próxima da maneira como trabalha o jornalista, visto que este também seleciona elementos/momentos do real, interpreta-os, constrói narrativas a partir dessas seleções e, por fim, apresenta o produto cultural (a notícia) para sua audiência como sendo a verdadeira realidade dos fatos.

Em consonância com o pensamento de Wagner, Marilyn Strathern chama a atenção para a necessidade dos etnógrafos se conscientizarem de que a etnografia é uma construção analítica e que, na verdade, a criatividade²⁴ dos nativos sempre será mais relevante do que um estudo etnográfico isolado. Bruno Latour²⁵ (2006) também destaca em seus escritos o problema com a premissa de que temos sempre algo a ensinar para nossos interlocutores, quando se refere ao pesquisador que acredita ter a “missão” de elucidar as questões centrais da cultura do nativo, oferecendo algum tipo de reflexividade às ações e práticas de seus interlocutores.

Já Eduardo Viveiros de Castro²⁶ (2002) evidencia as relações de poder assimétricas entre o antropólogo e o nativo que se configuram ao longo do trabalho de

²³ “Wagner, no entanto, jamais afirma que o antropólogo inventa a cultura, porque não há nada para ver ou porque é incapaz de compreender o que pensa que vê. O problema é outro, é que há coisas demais para serem vistas, ideias demais para serem compreendidas e muito pouco tempo para fazê-lo. O antropólogo faz o que pode, inventando a cultura para tentar conferir um mínimo de ordem e inteligibilidade lá onde a plenitude da vida as dispensa completamente. Nesse sentido, Wagner é provavelmente o primeiro antropólogo a fazer da *vida* (e não da evolução, história, função, estrutura, cognição...) o referente último do trabalho antropológico. Além de fundar o construtivismo em antropologia, ele também funda uma espécie de vitalismo antropológico.” (GOLDMAN, 2011, p. 203, grifo do autor).

²⁴ “As etnografias são construções analíticas de acadêmicos; os povos que eles estudam não o são. É parte do exercício antropológico reconhecer quanto a criatividade desses povos é maior do que aquilo que pode ser compreendido por qualquer análise singular.” (STRATHERN, 2006, p. 23)

²⁵ “P: [...] Se você estudasse formigas (*ants*), ao invés de ANT, esperara que elas aprendessem alguma coisa sobre seu estudo? Claro que não. Elas sabem, você não. Elas são professoras, você aprende com elas. Você explica o que elas fazem para você mesmo, para seu próprio benefício ou para o dos outros entomólogos, não para elas, que não dão a mínima. O que o faz pensar que um estudo sempre supõe ensinar coisas às pessoas estudadas? A: Mas esse é o projeto das ciências sociais! [...] de qualquer forma, eu tenho que fornecer às pessoas algum entendimento reflexivo... P: ... que antes de você chegar, claro, não eram reflexivas! [...] P: [...] isso é terrivelmente mesquinho. Muitos do que os cientistas sociais chamam de ‘reflexividade’ se resume em perguntar às pessoas coisas totalmente irrelevantes; estas, por sua vez, fazem outras perguntas para as quais o analista não possui o mais ínfimo começo de resposta. A reflexividade não é um direito inato, algo que pode levar com você apenas porque está na LSE! Você e seus informantes têm diferentes interesses – quando eles se intersectam é um milagre, e milagres, caso você não saiba, são raros...” (LATOUR, 2006, p. 347).

²⁶ “A relação diferencial do antropólogo e o nativo com suas culturas respectivas, e portanto com suas culturas recíprocas, é de tal ordem que a igualdade de fato não implica uma igualdade de direito – uma igualdade no plano do conhecimento. O antropólogo tem usualmente uma vantagem epistemológica sobre o nativo. O discurso do primeiro não se acha situado no mesmo plano que o discurso do segundo: o sentido que o antropólogo estabelece depende do sentido do nativo, mas é ele quem detém o sentido desse sentido – ele quem explica e interpreta, traduz e introduz, textualiza e contextualiza, justifica e

campo etnográfico e os riscos que essa assimetria pode proporcionar. Leonardo Sá observa uma dimensão importante do trabalho de campo: a de que o pesquisador também possui um lugar de fala – o meio acadêmico. Sua produção não é deslocalizada, ela parte de um lugar social específico. Esse pertencimento acadêmico é constantemente evocado no texto etnográfico²⁷.

Considerações finais

Acredito que o esforço heurístico empreendido durante a realização deste artigo contribuiu significativamente para a construção de um trabalho de campo centrado na busca contínua por reflexividade em torno do fazer etnográfico. Ao compartilhar minhas experiências e expor minhas intenções, dificuldades e dilemas de pesquisa, (re)organizei melhor minhas hipóteses e pensamentos, e refleti sobre a eficácia de minhas decisões ao longo da construção de um acesso etnográfico.

A cada encontro etnográfico, o campo me revela novas facetas e preciso (re)inventar os acessos às relações e práticas estabelecidas dentro do universo do telejornalismo policial cearense, daquilo que o compõe e o insere em uma dimensão social mais ampla. Desse modo, procuro descrever analiticamente não apenas os significados da televisão para a sociedade, mas também discutir questões relativas ao próprio exercício da profissão de jornalista. Ademais, busco manter um diálogo constante entre a análise da fala dos agentes sociais pesquisados e daquilo que é observado no cotidiano dos telejornais policiais cearenses.

significa esse sentido. A matriz relacional do discurso antropológico é hilemórfica: o sentido do antropólogo é forma; o do nativo, matéria. O discurso do nativo não detém o sentido de seu próprio sentido. De fato, como diria Geertz, somos todos nativos; mas de direito, uns sempre são mais nativos que outros.” (VIVEIROS DE CASTRO, 2002, p. 114-115).

²⁷ “Para além de um processo de socialização profissional e de treinamento, o trabalho de campo é uma prática de incorporação de princípios intelectuais e de valores políticos e/ou cognitivos de uma comunidade científica. O trabalho de campo é um modo de produzir pertencimentos sociais múltiplos. Pelo trabalho de campo, firmamos o pertencimento acadêmico não só à comunidade dos pesquisadores socioantropológicos das ciências sociais, mas também à comunidade de sujeitos pesquisados, entre outros pertencimentos que provocam questões de identificação do sujeito pesquisador, que se desdobram em um modo específico de produzir conhecimento engajado.” (SÁ, 2009, p. 289-290)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AQUINO, Jania P. D. Etnografando assaltos contra instituições financeiras: a publicação da pesquisa, seus impasses e desdobramentos. **Illuminuras**, Porto Alegre, v. 16, n. 39, p. 184-210, jan./ago. 2015.

_____. **Príncipes e Castelos de Areia**: um estudo da performance nos grandes roubos. 1. ed. São Paulo: Biblioteca 24x7, 2010.

BOURDIEU, Pierre. Compreender. *In*: _____ (et al). **A miséria do mundo**. 4. Ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1997a. p. 693-713.

_____. Marginalia: algumas notas adicionais sobre o dom. **Mana**: estudos de antropologia social – Revista do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, v. 2, n. 2, p. 7-20, 1996.

_____. **O poder simbólico**. 10 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

_____. **O senso prático**. 2. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2011.

_____. A economia das trocas linguísticas. *In*: ORTIZ, Renato. (Org.). **Pierre Bourdieu**: sociologia. São Paulo: Ática, 1983. cap. 05, p. 156-183.

ENNE, Ana Lucia S. O sensacionalismo como processo cultural. **Eco-Pós**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, v. 10, n. 02, p. 70-84, jul./dez. 2007. Disponível em: <<http://www.pos.eco.ufrj.br/ojs-2.2.2/index.php?journal=revista&page=article&op=view&path%5B%5D=2>>. Acesso em: 22 set. 2015.

FAVRET-SAADA, Jeanne. “Ser afetado”, de Jeanne Favret-Saada. **Cadernos de Campo**: revista dos alunos de pós-graduação em Antropologia Social da USP, São Paulo, v. 14, n. 13, p. 155-161, 2005.

GEERTZ, Clifford. “Do ponto de vista dos nativos”: a natureza do entendimento antropológico. *In*: _____. **O saber local**: novos ensaios em antropologia interpretativa. 10. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2008. cap. 3, p. 85-107.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. 18. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2011.

GOLDMAN, Marcio. Jeanne Favret-Saada, os afetos, a etnografia. **Cadernos de Campo**: revista dos alunos de pós-graduação em Antropologia Social da USP, São Paulo, v. 14, n. 13, p. 149-153, 2005.

_____. O fim da antropologia. **Novos Estudos CEBRAP** – Resenha de A invenção da cultura de Roy Wagner, São Paulo, s/ v., n. 89, p. 195-211, mar. 2011.

INGOLD, Tim. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 18, n. 37, p. 25-44, jan./jun. 2012.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA DA SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Sistema de Indicadores de Percepção Social** – Segurança Pública. Brasília, 05 de julho de 2012. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=12661&catid=4&Itemid=2>. Acesso em: 09 out. 2015.

LATOURE, Bruno. Como terminar uma tese de sociologia: pequeno diálogo entre um aluno e seu professor (um tanto socrático). **Cadernos de Campo**: revista dos alunos de pós-graduação em Antropologia Social da USP, São Paulo, v. 15, n. 14/15, p. 339-352, 2006.

_____. Por uma antropologia do centro. **Mana** – revista do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da UFRJ, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 397-414, 2004.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental**: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. *In*: **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003, p. 185-314.

_____. **Manual de etnografia**. Lisboa: Editorial Pórtico, 1972.

SÁ, Leonardo. Reflexões sobre o trabalho de campo como empreendimento micropolítico. *In*: MENDONÇA FILHO, Manuel; NOBRE, Maria Teresa. (Orgs.). **Política e afetividade**: narrativas e trajetórias de pesquisa. 1. ed. Salvador: EDUFBA, 2009, p. 289-310.

STRATHERN, Marilyn. **O gênero da dádiva**: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na melanésia. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

TRAQUINA, Nelson. As notícias. *In*: _____. (Org.). **Jornalismo**: questões, teorias e “estórias”. 2. ed. Lisboa: Vega Editora, 1999. p. 167-176.

TRAVANCAS, Isabel Siqueira. **O mundo dos jornalistas**. 4. Ed. São Paulo: Summus Editorial, 2011.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. O nativo relativo. **Mana** – revista do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da UFRJ, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 113-148, abr., 2002.

WAGNER, Roy. **A invenção da cultura**. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2013**: mortes matadas por armas de fogo. Rio de Janeiro: CEBELA, 2013.

WEBER, Florence. A entrevista, a pesquisa e o íntimo, ou: por que censurar seu diário de campo? **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 15, n. 32, p. 157-170, jul./dez., 2009.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. 8. ed. Lisboa: Editorial Presença, 2003.